



ISSN 1414-7866

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr

v. 2 n. 3 2013

O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010¹

Monize Arquer

Resumo

Este artigo trata do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2010. O objetivo é analisar a relação entre a avaliação retrospectiva do governo Lula (2003-2010), o vínculo de Dilma Rousseff com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o voto na candidata petista. Para isso, são utilizados dados do survey pós-eleitoral “Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)”, realizado em 2010. O trabalho está dividido em duas seções. A primeira trata da avaliação feita pelos eleitores do governo Lula e de sua vinculação com a decisão do voto. Prestamos especial atenção à avaliação geral do governo, da economia e das políticas públicas. Na segunda seção, analisamos a importância que a identificação com algum partido político tem sobre a decisão do eleitor. Demonstramos que tanto o voto retrospectivo quanto a identificação partidária influenciam a escolha do eleitor, o que indica o caráter multidimensional do voto.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; eleições; voto; partidos políticos; voto retrospectivo.

Abstract

This paper analyzes the electoral behavior in the presidential elections of 2010. The aim is to evaluate the relationship between the retrospective evaluation of Lula's administration (2003-2010), the connection of Dilma Rousseff with the Workers' Party (PT) and the decision to vote for her. In order to do that, we use the data provided by the “Brazilian Electoral Study (ESEB)”, a post-electoral survey conducted in 2010. The work is divided in two sections. The first one is focused on the evaluation of Lula's administration and its connection to the decision of the voters. We pay special attention to the general evaluation of the administration, the economy and public policies. The second one is concerned with the impact of party identification over voters' decisions.

Sobre a autora

Mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista CAPES. E-mail: monize.arquer@gmail.com.

1. Essa é uma versão modificada do trabalho que foi apresentado no III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, realizado entre os dias 31 de julho e 2 de agosto de 2013, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba-PR. Agradeço pelos comentários de todos que participaram do GT 01 – Partidos, eleições e representação política, assim como à Prof.^a Dr.^a Rachel Meneguello pela orientação durante a realização da pesquisa, e ao Prof. Dr. Oswaldo E. do Amaral pelas sugestões ao texto.

We show that both retrospective voting and party identification had an impact over the choice made by voters, therefore implying its multidimensional character.

Keywords: electoral behavior; elections; vote; political parties; retrospective voting.

Artigo recebido em 17 de setembro de 2013; aceito para publicação em 1º de dezembro de 2013.

Introdução

Logo após a terceira onda de democratização³, da qual a América Latina fez parte, houve poucos estudos comprometidos com a análise das eleições, dos determinantes do comportamento político e, mais especificamente, da relação entre aspectos econômicos e resultados eleitorais. A partir da segunda metade da década de 1990, o aumento do número de eleições competitivas na América Latina, indispensável para esse tipo de estudo, fez com que as pesquisas sobre comportamento político se tornassem mais comuns e adquirissem grande importância. Além disso, a disponibilização de dados agregados e de pesquisas de opinião permitiu aprofundar os trabalhos sobre esse tema (Echegaray, 1995).

Existem três escolas teóricas que orientam esses estudos. A primeira delas é o modelo de Michigan, também chamado de Psicossocial, desenvolvido na Universidade de Michigan sob a liderança de Angus Campbell no final dos anos 1950. Essa perspectiva analisa o comportamento individual, tendo como foco as preferências pessoais. Tais preferências são consideradas um reflexo do meio em que os indivíduos vivem, uma vez que ele interfere na personalidade. O segundo modelo é o Sociológico, que prioriza as condições sociais nas quais se formam os objetivos políticos e as ideologias, partindo da análise do contexto social e político do indivíduo e de suas interações sociais, uma vez que seria nessa conjuntura que se formariam opiniões, identidades e comportamentos. Por fim, existe o modelo da Escolha Racional, que ignora componentes psicológicos e busca estudar o indivíduo isoladamente. Para essa corrente, o eleitor vota de acordo com a avaliação que faz da realidade, principalmente da situação em que se encontra a economia. Ou seja, se a economia vai

3. Países que se tornaram democráticos após 1974 (Huntington, 1994).

bem, o eleitor tende a votar nos atuais governantes. Se vai mal, ele tende a votar na oposição (Figueiredo, 2001).

Pesquisas sobre comportamento eleitoral são de extrema importância para compreendermos como os cidadãos avaliam o governo, as instituições e as políticas implementadas, assim como as suas preferências e os determinantes do voto. Dada essa relevância, o presente artigo analisa o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2010. O objetivo central é demonstrar a relação entre a avaliação retrospectiva do governo Lula, o vínculo de Dilma Rousseff com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o voto na candidata.

O trabalho está dividido em duas seções. A primeira consiste nos aspectos que fazem parte da noção de voto retrospectivo: avaliação do governo anterior, avaliação da economia, participação no programa Bolsa Família e avaliação de políticas públicas. A alusão ao voto retrospectivo, suscitada por essas questões, deve-se ao fato de que todas elas estão imersas na ideia de retornar à atuação do governo anterior – como foi seu desempenho em diversos setores e quanto isso foi positivo ou negativo para o eleitor – e de tê-lo como referência que auxiliará o eleitor a decidir se vota no candidato do governo ou na oposição. Isso é feito de acordo com o resultado do balanço que o indivíduo faz ao ponderar vantagens e desvantagens que cada uma das opções disponíveis traria. A segunda seção caminha em outro sentido, e refere-se à importância que os partidos políticos têm na definição do voto e se o vínculo da candidata com o PT a favoreceu.

Esta análise foi feita com base tanto em artigos que tratam do comportamento eleitoral no Brasil quanto em um survey acadêmico que faz parte da coleção Comparative Study of Electoral Systems – Estudo Eleitoral Brasileiro (CSES-ESEB), realizado em 2010⁴. Os dados e os artigos vão no mesmo sentido, mostrando que existe relação entre o voto em Dilma e a avaliação do governo Lula. Eleitores que avaliaram positivamente a atuação do governo, que consideraram a sua situação econômica melhor que em períodos anteriores,

4. O ESEB é coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e aplicado nacionalmente no período pós-eleitoral. O ESEB de 2010 realizou 2.000 entrevistas e contou com questões sobre preferência partidária, avaliação da atuação do governo e da situação econômica do país, participação em programas sociais, confiança nas instituições, entre outras.

que participaram ou conheciam participantes do programa Bolsa Família e que avaliaram de maneira positiva as políticas públicas foram mais propensos a votar na candidata. Além disso, o partido também se mostrou relevante para o eleitor, ou seja, o vínculo de Dilma Rousseff com o PT favoreceu o voto na candidata.

I. Comportamento eleitoral e o voto retrospectivo

Uma parte dessa pesquisa tem como pressuposto o modelo de voto chamado “voto retrospectivo”, para o qual o eleitor decide em que candidato votar com base na análise que faz do governo anterior. Se esse for bem avaliado, o eleitor tende a votar na situação; caso contrário, na oposição. Esse modelo de voto está associado ao trabalho de Anthony Downs (1999). Para o autor, o comportamento dos atores consiste em uma relação estratégica entre governo e eleitor. Ou seja, o governo deve atuar para beneficiar a população e, assim, ganhar votos. Por seu turno, o eleitor avalia a atuação do governo e escolhe a opção que acredita oferecer-lhe mais vantagens. Segundo Meneguello (1996), o voto retrospectivo é determinado de acordo com os benefícios pessoais proporcionados pela economia e pela condição social dos indivíduos, o que torna o voto vulnerável a eventos e circunstâncias.

Para demonstrar esse modelo de voto, recorreremos à análise que a autora fez das eleições de 1994. Naquele contexto, a estratégia econômica de implantar o Plano Real, que controlou a hiperinflação, foi o motivo principal para a vitória de Fernando Henrique Cardoso, com 54,3% dos votos. Pesquisas de opinião pública mostram que, naquela época, o principal determinante do comportamento eleitoral era avaliar a habilidade do governo para conter a inflação e a crise econômica. Em uma pesquisa realizada em maio de 1994, Lula tinha 40% das intenções de voto, enquanto Fernando Henrique Cardoso contava apenas com 17%. Entre os meses subsequentes de julho e agosto, houve uma inversão dos números, e, em outubro, as intenções de voto em Lula estavam em 22%, enquanto as intenções em Fernando Henrique Cardoso atingiram 48%. Concomitantemente a isso, os resultados sobre a avaliação do plano econômico confirmam a sua relevância no comportamento eleitoral. De maio a setembro de 1994, a avaliação positiva do Plano Real subiu de 28% para 75% (Meneguello, 1996).

Seguindo a mesma linha, Rennó e Cabello (2010), Rennó e Peixoto (2011), Terron e Soares (2008; 2010) e Holzhacker e Balbachevsky (2007) trazem o tema do voto retrospectivo para as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. Os autores analisam o comportamento político nas últimas eleições, tendo como pano de fundo a avaliação retrospectiva, ferramenta utilizada pelos eleitores para auxiliá-los a decidir em quem votar.

De um modo geral, os autores apontam a relevância dos programas implementados pelo governo na definição do voto e na mudança das bases eleitorais de Lula. Segundo Terron e Soares (2008; 2010), por exemplo, o Bolsa Família foi um importante determinante do voto. Os autores destacam a forte correlação espacial entre as regiões mais beneficiadas por esse programa e os locais onde os candidatos do PT receberam mais votos, e a mudança ocorrida no eleitorado, pontuando a relevância de se pensar em fatores contextuais para entender o comportamento do eleitor. No mesmo sentido, Holzhacker e Balbachevsky (2007) ressaltam o impacto que o estrato social passa a exercer sobre o voto a partir de 2006, ao lado da identificação pessoal com o candidato e da avaliação retrospectiva do governo. Além disso, tratam da polarização regional partindo da constatação de que os maiores apoios aos candidatos petistas para a presidência vieram das regiões Norte e Nordeste. Já Rennó e Peixoto (2011) apresentam a percepção do eleitor sobre sua melhora de vida e sobre a possibilidade de ascender de classe como fatores relevantes para a decisão do voto, destacando o fato de que não haveria continuação do “lulismo” sem melhora das condições individuais. Os autores reforçam que o eleitor reflete sobre o desempenho do governo anterior e a situação econômica para decidir em quem votar.

Por fim, Rennó e Cabello (2010) diferenciam o eleitor que vota em Lula daquele que vota no PT. Segundo os autores, o eleitor lulista é pouco informado politicamente, desatento às campanhas, tem preferências políticas fortes, fluidas e transitórias, e decide seu voto com base em suas preferências pessoais e na análise do desempenho anterior do governo. Os autores destacam a importância que os programas sociais do governo Lula tiveram para a sua reeleição em 2006, assim como outros fatores positivos do governo, como o aumento do poder de compra e do salário mínimo. Trata-se, portanto, de um eleitor que vota retrospectivamente em um governo que foi bem avaliado e que teve sucesso aos olhos da população.

Com base na teoria do voto retrospectivo e nos dados obtidos pelo ESEB 2010, passaremos a analisar como os eleitores avaliaram o governo Lula, as mudanças econômicas que ocorreram em suas vidas, a participação em programas sociais, como avaliam algumas políticas implementadas pelo governo, e seus respectivos votos, para entender se existe relação entre essas variáveis e a vitória de Dilma. É importante ressaltar que as tabelas apresentadas adiante foram formuladas considerando apenas os dados válidos, dispensando aqueles oriundos de entrevistados que não souberam responder ou não responderam. Além disso, os cruzamentos que relacionam alguma variável com o voto referem-se ao candidato que o eleitor declarou votar no segundo turno. Essa opção se deu em virtude do fato de o segundo turno ser o momento no qual o eleitor deve escolher entre quem ele quer no governo e quem não quer; ou seja, por causa do reduzido número de alternativas, a decisão do eleitor tem caráter mais definitivo. Sendo assim, os dados do segundo turno permitem maior clareza no tratamento das variáveis, auxiliam o cruzamento de dados e facilitam a compreensão dos resultados.

1.1. Avaliação do governo anterior

De acordo com a teoria da Escolha Racional, um dos principais fatores que determinam o voto dos indivíduos é a avaliação do governo anterior. Se bem avaliado, o incumbent, ou seu candidato, terá mais chances de ser eleito. Essa variável como determinante do voto esteve presente nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Para Carreirão (2004), nas eleições presidenciais de 2002, a vitória de Lula é explicada pelo fato de o ex-presidente e o PT se apresentarem como uma oposição mais nítida ao governo FHC, enquanto a derrota do candidato governista é justificada pelo descontentamento da população com a então administração federal. No mesmo sentido, para Holz hacker e Balbachevsky (2007), as variáveis que prevaleceram nas eleições de 2006 para a decisão do eleitor foram a avaliação do governo anterior e a identificação pessoal do eleitor com o candidato.

Sobre as eleições de 2010, temos o mesmo direcionamento do voto. Analisando a avaliação do governo Lula por parte da população, notamos que a porcentagem de eleitores que consideraram o governo “Muito bom” ou “Bom” chega a 93,9% (Tabela 1). Na tabela seguinte (Tabela 2), podemos perceber a mesma ocorrência.

Ou seja, a avaliação positiva do governo predomina, com 51,6% dos entrevistados avaliando a atuação do governo federal como “Ótima” ou “Boa”, e apenas 13,4% avaliando-a como “Ruim” ou “Péssima”. Enquanto isso, entre os que consideraram a atuação do governo federal regular, 27,1% avaliaram como “Regular para bom” e 7,9% avaliaram como “Regular para ruim”. Esses dados confirmam a predominância de avaliações positivas do governo Lula.

Tabela 1 - Avaliação do governo Lula nos últimos quatro anos⁵

Muito bom	32,2 %
Bom	61,7%
Ruim	4,8%
Péssimo	1,3%
Total	100% (N = 1.984)

Fonte: ESEB 2010

Tabela 2 - Como você avalia a atuação do governo federal?⁶

Ótima	7,9%
Boa	43,7%
Regular para bom	27,1%
Regular para ruim	7,9%
Ruim	7,3%
Péssima	6,1%
Total	100% (N = 1.933)

Fonte: ESEB 2010

Apesar de a avaliação ser positiva para a maioria dos eleitores, isso não significa que ela tenha qualquer relação com a decisão do voto. Para isso, é necessário analisar se esses eleitores que avaliaram o governo Lula de forma positiva votaram em Dilma ou não. Esses dados são apresentados a seguir. Podemos notar que os entrevistados que avaliaram o governo positivamente tenderam a votar na

5. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “Na sua opinião, de uma forma geral o governo Lula nos últimos quatro anos foi: (estimulada e única)”.
6. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “De maneira geral, como o(a) sr(a). avalia a atuação do governo federal, o(a) sr(a). diria que é: ótima, boa, ruim ou péssima? (estimulada e única)”. Nessa questão, se o entrevistado respondesse “Regular”, ele devia então ser questionado se “Regular para bom” ou se “Regular para ruim”.

candidata petista, enquanto os que o avaliaram de forma negativa, em José Serra, seu oponente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ou seja, 81,3% dos eleitores que avaliaram o governo como “Muito bom” e 50,9% dos que avaliaram como “Bom” votaram em Dilma. Por outro lado, 85,9% dos que avaliaram como “Ruim” e 83,3% dos que avaliaram como “Péssimo” votaram em Serra (Tabela 3).

Tabela 3 - Relação entre voto e avaliação do governo Lula⁷

	Muito bom	Bom	Ruim	Péssimo
Dilma	81,3%	50,9%	10,6%	12,5%
Serra	16,0%	43,0%	85,9%	83,3%
Nulo	0,8%	3,5%	2,4%	4,2%
Branco	1,9%	2,5%	1,2%	0,0%
Total	100% (N = 593)	100% (N = 1.113)	100% (N = 85)	100% (N = 24)

Fonte: ESEB 2010

Os testes estatísticos indicam associação significativa entre o nível de avaliação do governo anterior e o voto em Dilma ($r = ,368$; $p < ,001$). Para confirmar essa correlação, os dados foram recodificados em “Dilma” e “Não Dilma” e em “Avaliação positiva” e “Avaliação negativa”, e foi realizado o teste qui-quadrado, que se mostrou estatisticamente significativo e indicou que uma pessoa que avalia positivamente o governo Lula tem aproximadamente 13 vezes mais chance de votar em Dilma. Assim, os dados confirmam a associação existente entre a avaliação positiva do governo anterior e o voto na situação. A avaliação geral do governo é essencial para pensarmos se isso também se aplica a questões mais específicas, ou seja, sobre os demais determinantes possíveis do voto. Cabe agora esmiuçar que características do governo, ou do candidato, seguem esse padrão e podem explicar essa avaliação mais geral.

7. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única)”; “Na sua opinião, de uma forma geral o governo Lula nos últimos quatro anos foi: (estimulada e única)”.

1.2. Economia e ascensão de classe

Na perspectiva do voto retrospectivo, outra variável que pode ser considerada determinante do voto é a situação econômica do país. Segundo Echegaray (1995), há certa conexão entre aspectos econômicos e resultados eleitorais. Para o autor, o governo é visto como responsável pelo estado em que se encontra a economia e, por isso, ela pode ser uma variável analisada pelos eleitores para a decisão do voto. Sendo assim, a análise sobre como a população percebe a situação econômica do país é indispensável.

Com os dados apresentados a seguir (Tabela 4), vemos que 58,2% dos entrevistados avaliaram a situação econômica do país, no momento da pesquisa, de forma positiva. Além disso, temos ainda 29,6% de entrevistados que a consideraram “Regular”, e apenas 12,3% de entrevistados avaliaram a economia de forma negativa. A avaliação da situação econômica pessoal caminhou no mesmo sentido. Temos 53,9% dos entrevistados que avaliaram sua situação econômica positivamente, enquanto apenas 14,7% a avaliaram de forma negativa.

Tabela 4 - Avaliação da situação econômica⁸

	Nacional	Pessoal
Ótima	7,6%	5,9%
Boa	50,6%	48,0%
Regular	29,6%	31,4%
Ruim	7,6%	9,5%
Péssima	4,7%	5,2%
Total	100% (N = 1.932)	100% (N = 1.978)

Fonte: ESEB 2010

Sobre a avaliação retrospectiva da economia, a maioria dos entrevistados, 55,1%, consideraram-na em uma situação “Melhor” do que estava há doze meses. Além disso, 39,5% consideraram que a situação econômica estava “Igual”, e apenas 5,4% acreditaram que ela estava “Pior” (Tabela 5). Considerando a importância que

8. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Agora, falando em economia, como o(a) sr(a). avalia a situação econômica do país?”; “O(a) sr(a). acha que está ótima, boa, ruim ou péssima?”; “Como o(a) sr(a). avalia, em geral, sua situação econômica?”; “O(a) sr(a). acha que está ótima, boa, ruim ou péssima?”.

a avaliação da economia tem na escolha do voto, os valores encontrados são relevantes quando pensamos no voto em Dilma.

Tabela 5 - Como você avalia a atual situação econômica do país em relação há doze meses?⁹

Melhor	55,1%
Igual	39,5%
Pior	5,4%
Total	100% (N = 1.928)

Fonte: ESEB 2010

Ainda com relação a aspectos econômicos, Rennó e Peixoto (2011) explicam o voto em Dilma de acordo com a mobilidade social dos eleitores. Para eles, a percepção da ascensão de classe, ou pelo menos a percepção dessa possibilidade, foi essencial para a decisão do voto na candidata petista. Ao compararmos a classe social a qual os entrevistados consideravam pertencer há oito anos e no momento da eleição (Tabela 6), vemos claramente uma diminuição daqueles que declararam fazer parte das classes “Baixa” e, principalmente, “Mais baixa”, ao passo que ocorre um aumento nas demais.

Tabela 6 - Qual a sua classe social?¹⁰

	Há oito anos	Atualmente
Mais alta	0,8%	2,4%
Média alta	2,5%	7,1%
Média-média	16,8%	31,3%
Média baixa	32,0%	37,3%
Baixa	33,5%	20,0%
Mais baixa	14,5%	2,1%
Total	100% (N = 1.953)	100% (N = 1.964)

Fonte: ESEB 2010

9. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “O(a) sr(a). considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há doze meses?”.

10. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “Nos últimos tempos tem-se falado muito que muitas pessoas mudaram de classe social. Considerando os últimos oito anos até hoje, o(a) sr(a). diria que o(a) sr(a). e/ou sua família mudou de classe social ou ficou na mesma classe social?”

A) Qual era a sua classe social há oito anos? Você diria que era:

B) Qual é a sua classe social hoje?

Segundo os autores, a percepção de uma mudança de vida cria esperanças de melhorias significativas e de possível ascensão social. Essa esperança teria fortalecido de modo considerável o voto em Dilma, que, mesmo com apenas 11% de apoio um ano antes das eleições, ao se apresentar como sucessora do ex-presidente Lula, mobilizou os eleitores beneficiados com as políticas econômicas do governo petista.

Rennó e Peixoto afirmam também que o eleitor de baixa renda e ideologicamente flexível passa a constituir a essência do “lulismo”, cujo advento só seria possível com a melhoria das condições sociais e econômicas. Com a ascensão de parcela significativa da população à classe média, o número de eleitores petistas aumentou não por causa do pertencimento a uma ou outra classe superior à anterior, mas sim por notarem esse processo ascendente. Os dados mostram que houve impacto dessa melhoria na situação econômica dos eleitores e que esse fato teve relação com o voto na candidata petista (Tabela 7). Vemos que 64,1% dos entrevistados que acreditavam estar em uma situação econômica “Melhor” do que há doze meses votaram em Dilma, enquanto 50,8% dos que se consideravam em uma situação “Pior” votaram em Serra.

Tabela 7 - Relação entre situação econômica pessoal há doze meses e voto¹¹

	Melhor	Igual	Pior
Dilma	64,1%	54,0%	42,6%
Serra	31,8%	40,1%	50,8%
Nulo	2,5%	3,1%	2,7%
Branco	1,5%	2,8%	3,8%
Total	100% (N = 914)	100% (N = 704)	100% (N = 183)

Fonte: ESEB 2010

Esses dados expressam o que os autores apresentam sobre a ocorrência de ascensão de classe, e indicam a possibilidade de esses fatores exercerem influência sobre o voto em Dilma. Aqui também os testes estatísticos são significativos, apesar de não haver uma correlação expressiva como na relação anterior ($r = ,142$; $p < ,001$). O mesmo ocorre com o teste qui-quadrado, que

11. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única)”. “O(a) sr(a) acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que há doze meses?”.

apresenta valor próximo ao do coeficiente citado. A avaliação positiva que os entrevistados indicaram a respeito da situação em que se encontra a economia do país e sobre sua condição pessoal, bem como a relação dessa avaliação com o voto, comprova o impacto desses fatores na decisão do eleitor e confirma a ocorrência do voto retrospectivo.

1.3. O Bolsa Família

Ao pensarmos sobre a avaliação retrospectiva do governo, não podemos desconsiderar a grande visibilidade e importância que os programas sociais tiveram durante os dois mandatos do ex-presidente Lula. Além de se tratar de algo novo no contexto político, o sucesso desses programas não pode ser ignorado. Dos entrevistados do ESEB 2010, 472 participavam de algum programa social do governo e 1.789 tinham algum familiar ou conhecido que participava (Tabela 8). Esses dados indicam a dimensão que os programas sociais tiveram e justificam o motivo do enfoque apenas no Bolsa Família. Entre os quatro programas apresentados, o Bolsa Família tem o maior número de beneficiados: 16,3% dos entrevistados participam e 52,6% têm familiar ou conhecido que participa. Para Kerbauy (2010), mesmo que grande parte dos entrevistados não tenha participação direta ou indireta nos programas sociais do governo, o que pode classificá-los como não determinantes para a escolha do candidato, o Bolsa Família aparece como o programa que está mais vinculado ao voto em Dilma.

Tabela 8 - Participa, ou conhece alguém que participa, dos seguintes programas sociais?¹²

Programa	Participa		Familiar ou conhecido participa	
Bolsa Família	325	16,3%	1.050	52,6%
Minha Casa Minha Vida	55	2,8%	287	14,4%
Luz Para Todos	60	3,0%	215	10,8%
PROUNI	32	1,6%	237	11,9%
Total	472	–	1.789	–

Fonte: ESEB 2010

12. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “O(a) sr(a). participa do programa _____ do governo federal? (citar cada um dos programas)” ; “Alguém da sua família ou algum conhecido do(a) sr(a). participa do programa _____ do governo federal? (citar cada um dos programas)”.

A percepção da população sobre os gastos do governo nesse setor sugere o apoio aos programas. A maioria dos entrevistados, 50,9%, considera que o governo “Gasta pouco” com programas sociais, enquanto apenas 25,2% acreditam que o governo “Gasta muito” (Tabela 9). Portanto, é coerente afirmar que a população aprova a existência e a manutenção desses programas sociais, além de se mostrar favorável a um maior investimento na área.

Tabela 9 - Qual sua opinião sobre o gasto do governo federal em programas sociais?¹³

Gasta muito	25,2%
Tem um gasto adequado	23,9%
Gasta pouco	50,9%
Total	100% (N = 1.861)

Fonte: ESEB 2010

Conforme já foi dito, assim como a avaliação do governo, os partidos e as condições econômicas do país, os programas sociais também podem ter impactado a decisão do eleitor. Alguns autores fizeram essa análise e apontam mudanças das bases eleitorais do ex-presidente, que indicam uma relação entre os programas sociais e a escolha do candidato. Para Terron e Soares (2010), por exemplo, nas eleições presidenciais de 2006 houve uma mudança geográfica das áreas de apoio a Lula, que se transferiram do Centro-Sul para as regiões Norte e Nordeste. Entre as razões para essa mudança, estão as políticas de transferência de renda que o governo realizou.

Para os autores, nas eleições de 2010 também é possível notar uma forte correlação espacial entre os votos que a candidata Dilma recebeu e as regiões com maior incidência do Programa Bolsa Família. No mesmo sentido, Kerbauy (2010) afirma que a maior parte dos votos recebidos por Dilma veio das mesmas regiões que foram mais beneficiadas com os programas de transferência de renda no governo Lula, ou seja, as regiões Norte e Nordeste. Segundo a autora,

13. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “Vou ler para o(a) sr(a). algumas áreas e gostaria que avaliasse os gastos do governo federal em cada uma delas. Na sua opinião, o governo federal gasta em (citar cada área e se gasta muito, se tem um gasto adequado ou se gasta pouco)”.

já havia a expectativa de os votos em Dilma procederem das regiões mais carentes de recursos, pois foi o que aconteceu com Lula em 2006, e previa-se a continuidade dessa tendência.

Dessa forma, o Bolsa Família se apresenta como mais um possível determinante do voto e, ao olharmos os dados, vemos que realmente ele pode estar associado à decisão do eleitor. Entre os que participavam do Bolsa Família, 69,2% votaram em Dilma Rousseff no segundo turno em 2010. Essa porcentagem cai para 55,8% entre os que não participavam. Movimento semelhante acontece entre os que tinham um familiar ou conhecido que participava do programa (Tabela 10). Para checar a existência de associação entre essas duas variáveis e o voto, foi realizado o teste qui-quadrado. Aqui também os dados foram recodificados em “Dilma” e “Não Dilma”. A relação entre o voto em Dilma e a participação no programa foi estatisticamente significativa [$\chi^2 = (1) 18,500$ ($p < ,001$)]. O mesmo aconteceu na relação entre o voto na candidata e conhecer alguém que participava do programa [$\chi^2 = (1) 18,687$ ($p < ,001$)].

Tabela 10 - Relação entre voto e Bolsa Família¹⁴

	Participa		Familiar ou conhecido participa	
	Sim	Não	Sim	Não
Dilma	69,2%	55,8%	62,7%	52,7%
Serra	28,4%	38,6%	33,9%	40,4%
Nulo	1,0%	3,1%	2,1%	3,6%
Branco	1,3%	2,4%	1,3%	3,3%
Total	100% (N = 299)	100% (N = 1.532)	100% (N = 970)	100% (N = 858)

Fonte: ESEB 2010

1.4.A avaliação de políticas públicas

Outro campo interessante a ser analisado é a avaliação das políticas públicas por parte da população. A relação entre essa variável

14. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única)”; “O(a) sr(a), participa do programa _____ do governo federal? (citar cada um dos programas)”; “Alguém da sua família ou algum conhecido do(a) sr(a), participa do programa _____ do governo federal? (citar cada um dos programas)”.

e o voto é algo que ainda não foi devidamente explorado, mas consiste em um elemento que se insere perfeitamente na lógica do voto retrospectivo, uma vez que implica a avaliação da atuação do governo em áreas ainda mais específicas e de interesse geral. A intenção é demonstrar que as políticas públicas também são importantes quando pensamos na avaliação do desempenho do governo e nos determinantes do voto. Portanto, é relevante extrair essa variável da avaliação geral para verificar se ela é significativa ou não para a decisão do eleitor.

Em contrapartida, fazer essa análise traz algumas dificuldades. A primeira delas é o fato de não haver nos surveys perguntas que questionem sobre a avaliação de políticas públicas específicas que foram implementadas pelo governo, relacionadas a transporte, saúde ou educação, por exemplo. Além disso, quando existem questões que podem ser usadas, como é o caso aqui, elas não se repetem em pesquisas anteriores, o que dificulta a percepção da relação que possa existir entre essa avaliação e o voto, e a possibilidade de analisar se em diferentes períodos essa avaliação esteve mais, ou menos, relacionada com a decisão do eleitor. Por fim, a análise estatística fica ainda dificultada pela grande generalidade das questões. Apesar dessas dificuldades, a questão do ESEB 2010 usada aqui permite algumas avaliações sobre essa relação.

Uma análise preliminar dos dados mostra que os entrevistados que se declararam “Satisfeitos” com as políticas públicas tenderam a votar em maior número em Dilma Rousseff. Em todas as áreas de políticas públicas cobertas pelo survey, a porcentagem de entrevistados que votaram em Dilma Rousseff no segundo turno aumentou de acordo com o nível de satisfação declarado. De maneira inversa, o candidato José Serra teve seus melhores níveis de votação entre os que se mostraram “Insatisfeitos” com as políticas públicas citadas (Tabela 11). A maior porcentagem de votos em Serra, 41,4%, foi obtida entre os insatisfeitos com a diminuição do desemprego. Por outro lado, a maior porcentagem de votos que Dilma recebeu, 69,6%, foi obtida entre os entrevistados satisfeitos com a diminuição das desigualdades sociais.

Tabela II - Relação entre satisfação com políticas públicas e o voto¹⁵

	<i>Insatisfeito</i>		<i>Mais ou menos satisfeito</i>		<i>Satisfeito</i>	
	Dilma	Serra	Dilma	Serra	Dilma	Serra
Diminuição do emprego	53,0%	41,4%	59,0%	35,9%	64,0%	31,9%
Acesso ao atendimento médico	56,0%	38,4%	58,4%	36,2%	67,0%	31,7%
Qualidade do ensino público	54,0%	38,0%	57,4%	39,2%	63,6%	32,7%
Diminuição das desigualdades sociais	53,4%	40,8%	59,1%	36,0%	69,6%	27,2%
Controle da criminalidade	56,7%	37,7%	60,0%	36,4%	65,5%	31,1%
Oportunidade de acesso ao Ensino Superior	56,0%	36,8%	55,3%	39,4%	61,3%	35,4%

Fonte: ESEB 2010

Esses dados sugerem uma relação entre a avaliação das políticas públicas e o voto. Essa realidade é coerente com a ideia de voto retrospectivo apresentada neste trabalho, e confirma a importância dessa variável para entendermos o comportamento eleitoral.

2.A importância dos partidos

Nesse ponto, apresenta-se a relevância dos partidos para a decisão do voto. Ou seja, além dos aspectos ligados ao voto retrospectivo, citados anteriormente, os partidos políticos também são significativos para explicar o comportamento eleitoral. Para Braga e Pimentel Jr. (2011), “governos bem-sucedidos em suas administrações também são cruciais para a formação de percepções positivas quanto à capacidade de os partidos representarem os anseios da sociedade, redundando em agentes eficientes na avaliação dos eleitores” (Braga e Pimentel Jr., 2011, p.273). Os autores defendem que o voto é influenciado pela simpatia partidária e que essa simpatia pelas legendas “cria predisposições no comportamento eleitoral e oferece uma resposta mais eficiente e intuitiva para a decisão

15.As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Em quem o(a) sr(a). votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única)”; “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr(a). utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas”. A escala apresentada variava de 0 a 10. Para melhor ilustração, foi dividida da seguinte forma: 0 a 3 – Insatisfeito; 4 a 6 – Mais ou menos satisfeito; 7 a 10 – Satisfeito

eleitoral” (Braga e Pimentel Jr., 2011, p.283). Com base nos dados do ESEB 2010, é possível notar a importância da identificação partidária do candidato para o eleitor (Tabela 12). Para 65,8% dos entrevistados, é importante um candidato ser identificado com um partido, enquanto apenas 34,2% preferem alguém que não dê importância a eles.

Tabela 12 - O que é melhor em um presidente da República?¹⁶

Que seja identificado com algum partido	65,8%
Que não dê importância para os partidos	34,2%
Total	100% (N = 1.808)

Fonte: ESEB 2010

O fato de a maioria dos entrevistados preferir um candidato relacionado com um partido dialoga com a questão de haver ou não diferença tanto entre os partidos quanto entre os candidatos. Dos entrevistados, 56,9% declaram que existem grandes diferenças entre os partidos políticos e 61,5% afirmam que existem grandes diferenças entre os candidatos. Por outro lado, apenas 14,3% não veem diferença entre os partidos, enquanto 11,1% não veem diferença entre os candidatos (Tabela 13). Identificar um candidato com um partido específico e, conseqüentemente, conseguir diferenciar um partido do outro é essencial para pensarmos se o vínculo de Dilma Rousseff com o PT exerceu influência sobre a escolha do eleitor. A identificação dessas diferenças e a preferência por um ou por outro candidato ou partido, entre as várias opções existentes, sugerem um direcionamento do voto que não é totalmente desconectado de preferências políticas ou partidárias. Acredita-se, portanto, que existe algum reconhecimento das ideias e políticas de cada candidato e que elas são levadas em consideração na definição do voto.

16. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “O que é melhor, um presidente da República que: 1) seja identificado com um partido político; ou 2) um presidente que não dê importância aos partidos? (estimulada e única)”.

Tabela 13 – Você acredita que na campanha eleitoral existem grandes diferenças entre...¹⁷

	Os partidos	Os candidatos
Grandes diferenças	56,9%	61,5%
Pequenas diferenças	28,7%	27,5%
Nenhuma diferença	14,3%	11,1%
Total	100% (N = 1.883)	100% (N = 1.923)

Fonte: ESEB 2010

No mesmo sentido, Braga e Pimentel Jr. (2011) afirmam que o decréscimo nos índices de identificação partidária, em comparação com as décadas de 1960 e 1970, pode incitar à argumentação de que os partidos não importam e que a identificação partidária no Brasil é muito baixa, apenas 40,4% (Tabela 14). Mas os autores afirmam que esse valor coloca o Brasil em um patamar consideravelmente bom em relação a outros países que também fizeram parte da terceira onda de democratização, e até mesmo em relação a países com sistemas democráticos consolidados.

Tabela 14 - Existe algum partido que o represente?¹⁸

Sim	40,4%
Não	59,6%
Total	100% (N = 1.941)

Fonte: ESEB 2010

A identificação partidária se dá em consequência da internalização de processos políticos por parte dos indivíduos, o que mostra a importância de se levar em conta os partidos políticos para explicar o voto e as preferências da população. Apesar de apenas uma minoria ter algum partido que considera representá-la, é importante ter em vista que isso não significa uma indiferença pelos partidos.

17. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Na campanha eleitoral, o(a) sr(a). diria que existem grandes diferenças entre os partidos, pequenas diferenças ou nenhuma diferenças entre eles?”; “Na campanha eleitoral, o(a) sr(a). diria que existem grandes diferenças entre os candidatos, pequenas diferenças ou nenhuma diferenças entre eles?”

18. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “Existe algum partido político que represente a maneira como o(a) sr(a). pensa? (estimulada e única)”.

Devemos então questionar que partidos esses eleitores acreditam que melhor os representa. Entre os entrevistados que têm um partido que os representa, 63% citaram o PT, colocando-o muito à frente dos demais (Tabela 15). Em relação ao total de entrevistados, 24,4% se sentiam representados pelo PT, seguidos por apenas 5,6% que se sentiam representados pelo PSDB. Esses valores indicam a relevância e predominância do Partido dos Trabalhadores entre o eleitorado e como ele se sobressai em relação aos demais.

Tabela 15 - Qual partido melhor representa a maneira como você pensa?¹⁹

	Entre os que se sentem representados	Entre o total de entrevistados
PT	63,0%	24,4%
PSDB	14,6%	5,6%
PV	9,5%	3,7%
PMDB	7,0%	2,7%
DEM (antigo PFL)	1,3%	0,5%
PSB	1,2%	0,4%
Outros*	2,4%	0,9%
Total	100% (N = 776)	–

*Partidos com menos de 1% (PTB, PC do B, PTC, PSC, PPS, PP, PCB, PSDC, PRB, PSOL e PR).

Fonte: ESEB 2010

Com base em todas essas questões que foram apresentadas como indicativas da relevância do partido político para o comportamento eleitoral, cabe agora questionarmos a relação entre os entrevistados que se sentem representados por um partido específico e o candidato em quem votaram. Aqui temos que 87,7% dos que se sentiam representados pelo PT votaram em Dilma, enquanto 92,3% dos que se sentiam representados pelo PSDB votaram em Serra (Tabela 16).

Quando os dados são reorganizados para observar se existe relação entre o voto em Dilma Rousseff e a representação partidária, o teste qui-quadrado indica haver uma associação moderada e estatisticamente significativa entre sentir-se representado pelo PT e o voto em Dilma Rousseff [$\chi^2 = (1) 219,110$ ($p < ,001$); $\Phi = ,346$ ($p < ,001$)]. O cálculo de razão de chance aponta que um indivíduo

19. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “Qual partido melhor representa a maneira como o(a) sr(a). pensa? (espontânea e única)”.

que se sente representado pelo PT tem 7 vezes mais chances de votar em Dilma do que um que não se sente representado pelo partido.

Tabela 16 - Relação entre voto no segundo turno e representação partidária²⁰

	<i>Dilma</i>	<i>Serra</i>	<i>Nulo</i>	<i>Branco</i>	<i>Total</i>
PT	87,7%	9,7%	0,9%	1,8%	100% (N = 455)
PSDB	5,8%	92,3%	0,0%	1,9%	100% (N = 104)
Outros	41,6%	51,3%	4,5%	2,6%	100% (N = 154)
Sem identificação	53,0%	41,1%	3,5%	2,4%	100% (N = 1.110)

Fonte: ESEB 2010

Esse resultado mostra tanto a coerência existente entre representação partidária e voto quanto a importância de o candidato se identificar com determinado partido como estratégia para conseguir votos. Vale ressaltar, porém, que essa estratégia funciona principalmente para o PT, que tem ampla preferência entre os eleitores.

Conclusão

Durante a campanha eleitoral de 2010, a candidata petista Dilma Rousseff enfatizou diversas vezes seu vínculo com o PT, sua proximidade com o ex-presidente Lula e sua proposta de dar continuidade ao governo anterior, dando destaque aos programas sociais de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família. Presenciamos então uma campanha que apresentava uma candidata nova, mas ligada a um governo que foi amplamente bem avaliado, que instituiu programas bem-sucedidos e que expandiu sua base política durante seus oito anos de duração. Sendo assim, buscamos analisar se houve alguma relação entre esses fatores e a decisão do eleitor em 2010. Essa questão ganha importância principalmente ao analisarmos a campanha de Dilma Rousseff e a estratégia utilizada na busca de votos, como enfatizar a proximidade entre a candidata e o ex-presidente, e o seu vínculo com o partido que estava no poder.

Para concluir a apresentação dos dados e completar a argumentação, é interessante analisar um último resultado. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, além de buscar as possíveis relações entre o

20. As questões utilizadas para a construção dessa tabela foram: “Em quem o(a) sr(a). votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única)” e “Qual partido melhor representa a maneira como o(a) sr(a). pensa? (espontânea e única)”.

voto e todas as variáveis apresentadas, é importante questionar o que os eleitores perceberam estar em pauta na disputa eleitoral de 2010, a fim de entendermos se os temas analisados fizeram sentido pela ótica do eleitor. Vemos aqui que 54,2% dos entrevistados declararam que o principal assunto das eleições de 2010 foi a continuidade do governo Lula (Tabela 17). Esse dado nos mostra a consciência do eleitor sobre o que estava em disputa naquele contexto, que era a continuidade ou a ruptura com a administração anterior. Como esta análise foi norteada pela ideia do voto retrospectivo, essa percepção da população somada à campanha de Dilma Rousseff, que foi permeada por um discurso de continuidade, confirmam a hipótese deste trabalho, ou seja, de que a avaliação do governo Lula e o vínculo de Dilma com o PT impactaram a decisão do voto na candidata petista.

Tabela 17 - Qual foi o principal assunto dessa eleição para presidente?²¹

Continuidade do governo Lula	54,2%
A situação da saúde no país	15,3%
A corrupção	12,4%
Os programas sociais	6,5%
A situação da educação pública	6,4%
Questões sobre o meio ambiente	2,9%
A volta do PSDB ao poder	2,3%
Total	100% (N = 1.869)

Fonte: ESEB 2010

Vimos que a avaliação do desempenho do governo foi relevante para o eleitor se decidir, confirmando a relação entre a avaliação do governo Lula e a vitória de Dilma Rousseff. Segundo Mene-guello (2008), após ser eleito em 2002, o governo do ex-presidente teve altos índices de aprovação, em virtude da queda nos níveis de desigualdade de renda, da ampliação do mercado de trabalho, do aumento do salário mínimo e da implementação dos programas de transferência de renda. Esses fatores, somados à avaliação do desempenho do governo Lula, teriam orientado os votos em 2006, resultando em sua reeleição.

21. A questão utilizada para a construção dessa tabela foi: “a) Qual assunto o(a) sr(a). considera que foi mais importante nessa eleição? a) E em segundo lugar?”

No mesmo sentido, os dados sobre as eleições de 2010 mostram que o governo foi bem avaliado pela população, sugerindo um efeito positivo sobre a decisão do voto, o que incentivou os eleitores a escolherem a candidata Dilma Rousseff. Em relação aos aspectos econômicos, foi possível validar a tese sobre a ascensão de classe e a redução das classes mais baixas. Com os dados apresentados, verifica-se a predominância de avaliações positivas sobre a atuação do governo entre os que ascenderam, e confirma-se a hipótese sobre o “voto econômico”. Esse modelo de voto insere-se na tese do voto retrospectivo, uma vez que é baseado na avaliação da situação em que se encontra a economia do país. Caso seja bem avaliada, o voto vai para a situação; caso contrário, vai para a oposição.

Temos também a importância do Bolsa Família nas eleições de 2010. Os dados confirmam a relação positiva entre participar ou conhecer quem participe do programa e a decisão dos eleitores de votar em Dilma Rousseff. A disposição espacial dos votos, que coincide com as regiões com maior presença do programa, também sugere a relevância do Bolsa Família para a decisão do eleitor. Mas, apesar disso, é evidente que não podemos tomá-lo como única variável responsável pela vitória da candidata petista. O programa “tem um peso explicativo na decisão do eleitor, mas não tem responsabilidade integral sobre o voto”, afirma Kerbauy (2010, p. 491). Ou seja, é importante avaliarmos todo o conjunto de variáveis que podem ter impactado o eleitor ao decidir seu candidato. Somada a isso, temos a avaliação das políticas públicas do governo federal. A coerência entre o grau de satisfação com as políticas públicas e o voto na situação ou oposição indica uma possível relação entre essa avaliação e a decisão do eleitor.

Outra questão importante é a relevância dos partidos políticos para o eleitorado. Nota-se que os entrevistados diferenciam partidos e candidatos entre si, e preferem um candidato que seja identificado com um partido político específico. Além disso, a preponderância do PT sobre os demais partidos em relação ao número de pessoas que se sentem representadas por ele é inquestionável. Também foi possível observar a existência de associação entre o partido pelo qual o eleitor se sente representado e o voto que ele realizou. Todas essas questões apontam para a importância que tanto o vínculo de Dilma Rousseff com o PT quanto o fato de ela ser uma candidata

da situação teve durante sua campanha, além da relevância desses fatores para o eleitor na hora de decidir o seu voto.

O partido também exerce papel central sobre a decisão do eleitor em outro sentido. Segundo Tilley e Hobolt (2011), o eleitor tende a avaliar positivamente as ações do governo quando são executadas pelo partido pelo qual se sente representado, e a não culpá-lo por ações negativas. Sendo assim, o partido é importante até mesmo para compreendermos as demais variáveis citadas anteriormente. Ou seja, a avaliação do governo e de suas políticas específicas pode ser direcionada por preferências partidárias previamente estabelecidas. Por isso, é essencial analisarmos como o eleitor se relaciona com os partidos a fim de compreendermos também suas preferências e decisões.

Os resultados apresentados satisfazem os objetivos deste trabalho, apontando que existe relação entre a avaliação do governo Lula por parte dos eleitores em diversos aspectos, o vínculo de Dilma Rousseff com o PT e a decisão do voto. Com base nisso, podemos destacar dois pontos importantes para as pesquisas sobre comportamento eleitoral. O primeiro deles consiste na relevância dos partidos políticos para o eleitor. Essa questão vai de encontro às análises que relatam a reduzida eficiência dos partidos em executar seus papéis básicos nas democracias contemporâneas, como, por exemplo, organizar pautas, mobilizar o eleitorado e apresentar as opções disponíveis aos cidadãos. O segundo ponto reside no caráter multidimensional do voto, o que reflete a necessidade de pesquisas que tratem de forma aprofundada os diferentes impactos ou influências que os eleitores podem receber para decidir seu candidato.

Referências

- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, novembro, p. 271-303. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a01v17n2.pdf>>. Acesso em 17/09/2013.
- CARREIRÃO, Y. (2004). A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, n. 22, junho, p. 179-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a13.pdf>>. Acesso em 17/09/2013.
- DOWNES, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ECHEGARAY, F. (1995). Voto econômico ou referendun político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina 1982-1994. *Opinião Pública*, vol. 3, n. 2, agosto, p. 88-109.

- FIGUEIREDO, M. (2008). *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2. ed. Belo Horizonte. Editora da UFMG.
- HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. (2007). Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, novembro, vol. 13, n. 2, p. 283-306. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a03v13n2.pdf>>. Acesso em 17/09/2013.
- HUNTINGTON, S. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- KERBAUY, M. T. M. (2011). Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, novembro, p. 477-429. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a08v17n2.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- MENEGUELLO, R. (1996). Electoral Behavior in Brasil: The 1994 Presidential Elections. *International Social Science Journal*, vol. 146, UNESCO.
- _____. (2008). Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores. Brasília: CEPAL/IPEA. p. 48-87.
- PAIVA, D.; TAROUÇO, G. S. (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, novembro, p. 426-451. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a06v17n2.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. (2010). As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, outubro, p. 39-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a03v2574.pdf>>. Acesso em 17/09/2013.
- _____; PEIXOTO, V. (2011). Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, novembro, p. 304-332. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a02v17n2.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- RIBEIRO, E.; et al. (2011). Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, novembro, p. 333-368. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a03v17n2.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. (2008). Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, novembro, p. 269-301. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/01.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- _____; _____. (2010). As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2, novembro, p. 310-337. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a02v16n2.pdf>>. Acesso em: 17/09/2013.
- TILLEY, J.; HOBOLT, S. B. (2011). Is the Government to Blame? An experimental Test of How Partisanship Shapes Perceptions of Performance and Responsibility. *The Journal of Politics*, vol. 73, n. 2, abril, p. 316-330.

Anexo

Relação de nomes dos partidos citados

DEM (antigo PFL) – Democratas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde